

DOI: 10.4025/5cih.pphuem.1902

Aristocracia Britânica, Ideias Econômicas e Historiografia

Lincoln D'Avila Ferreira

Resumo: O presente artigo tem por objetivo fazer um estudo das transformações no ideário econômico aristocrático inglês do período entre as dinastias Tudor e Stuart, especialmente ao longo da passagem entre os séculos XVI e XVII. Momento no qual o capitalismo passou a ganhar terreno social, forçando o feudalismo à retração e desaparecimento. Como referenciais teórico-metodológicos foram tomadas primordialmente as obras de Christopher Hill e Lawrence Stone, por contemplarem significativas análises do espaço inglês, a partir de contextos bem diversos dentro historiografia, mas que, embora distantes, não chegam ao ponto de impossibilitarem um diálogo entre si. Haja visto que Lawrence Stone, que toma os escritos de Hill, inúmeras vezes, como referência para seus raciocínios de caráter revisionista; problematizando de forma mais enfática a aristocracia e seus setores mais próximos, como no caso da *gentry*, que grande parte dos autores que versa sobre esse tempo-espaço, vem sendo visto como um historiador de grande originalidade a trabalhar um dos temas mais polêmicos da historiografia sobre o mundo da modernidade, foi um dos pioneiros no movimento revisionista que buscou desenvolver estudos mais sistematizados sobre o contexto da Inglaterra revolucionária; enquanto Hill, desenvolveu um trabalho dentro de uma linha marxista que não foi marca pela ortodoxia, sendo alcunhado inclusive de “sofisticado” por Stone, capaz de receber o reconhecimento e a respeitabilidade de historiadores das mais diversas tendências metodológicas. As principais ideias econômicas debatidas no texto são relacionadas às questões do ideário econômico que eram mais pertinentes à aristocracia: a questão da posse da terra, as formas de uso do espaço agrário e a monetarização da economia decorrente da expansão comercial do período contemplado. Seus desdobramentos, como as questões dos direitos de monopólios a partir de companhias mercantis, o fracasso do ambicioso “Projeto Cockayne” e as imbricações entre mentalidade religiosa e produção de riquezas fazem parte do desenvolvimento das discussões presentes neste artigo. Bem como a constatação da necessidade de equilibrar os debates sobre esse tema-período com mais investigações sobre as ideias econômicas aristocráticas – em função de costumeiramente a historiografia abordar esse contexto por meio de análises que privilegiam os aspectos econômicos ligados à burguesia e limitam as reflexões sobre a aristocracia às esferas pertinente à política. O resultado das discussões presentes aqui leva a crer que embora seja difícil traçar generalizações sobre o ideário econômico aristocrático, isso é possível de se fazer à partir das considerações quanto à necessidade de adaptação diante da consolidação do capitalismo em relação às transformações na forma de posse e uso da terra – diante das questões relacionadas à monetarização econômica.

Palavras-chave: Aristocracia – Capitalismo – Feudalismo – Historiografia.

Nos últimos tempos, principalmente a partir de meados do séc. XX é cada vez mais comum encontrarmos na historiografia obras destinadas à investigação das classes menos privilegiadas materialmente, dos anônimos, dos oprimidos, ao mesmo tempo em que diminuem as produções sobre os agentes históricos mais proeminentes e abastados dentro dos textos compostos nos moldes tradicionais e narrativos. Dentro desse arcabouço anterior às produções contemporâneas, a investigação dos nomes ilustres, das dinastias, dos privilegiados socialmente, era superestimada, enquanto nos últimos tempos ela vem sendo subestimada – quando não desprezada. A maneira de viver dos nobres ingleses, embora não tão ligada às atividades da terra como no caso da França; segundo as observações de Norbert Elias, em “A sociedade de corte”; também denotava, embora menos acentuadamente que na maioria das áreas continentais européias – com exceção dos Países Baixos, da concepção de que o trabalho era uma ocupação aviltante própria das classes inferiores – conforme as análises sobre as diferentes concepções de trabalho presentes na obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, de Max Weber. Dessa forma, conforme a economia capitalista se consolidava em solo inglês e os privilégios feudais iam sendo abolidos, a aristocracia britânica era empurrada às atividades econômicas que em gerações anteriores eram vistas como essencialmente burguesas – como o comércio e a participação na cadeia produtiva das atividades industriais. Especialmente após o período da ditadura de Cromwell, no qual os privilégios tipicamente feudais foram extirpados do arcabouço legal, e da Revolução Gloriosa, no qual a burguesia conseguiu transformar o Parlamento não só na instituição política mais poderosa da ilha britânica, mas também um período a partir do qual a Câmara dos Lordes cada vez mais se veria freqüentada por membros da burguesia que passavam à nobreza diante de seu enriquecimento, a aristocracia se viu obrigada a aderir às novas realidades das práticas econômicas – a gosto ou contragosto.

A aristocracia britânica foi pioneira, dentre os diversos núcleos de nobres europeus, no envolvimento direto com atividades capitalistas e, por isso, a primeira a sofrer as transformações decorridas da emergência social dos grupos burgueses. Embora essa constatação, formulada por meio da frase anterior possa soar como um bordão marxista, sua veracidade independe da vertente metodológica do historiador que a utilize. Todavia, a forma pela qual se deu esse envolvimento foi analisada de maneiras diversas, através do prisma dos historiadores das mais variadas tendências que se debruçaram sobre o mundo inglês, do período entre os Tudors e os Stuarts. Desde os trabalhos baseados na narrativa política aos escritos revisionistas, passando pelas interpretações marxistas e por teses de “teorizações deslumbrantes e fantasticamente contraditórias na base das mais exíguas evidências documentárias”¹, o século XX viu uma série de versões relacionadas ao contexto da Inglaterra revolucionária serem formuladas. Dentre as mais variantes perspectivas, algumas polêmicas ao ponto de se tornarem alvo tanto de tenazes críticas quanto de entusiásticos aplausos (como no caso de Lawrence Stone), a de Christopher Hill, apontado por Stone como um “refinado marxista”, acabou por conquistar uma posição de grande projeção e respeito dentro do meio historiográfico. De acordo com o pensamento de Hill, as “linhas de divisão” entre aristocracia e burguesia se “cristalizaram” na primeira metade do século XVII, durante o reinado dos dois primeiros Stuarts a ocuparem o trono inglês. Esse fenômeno teria tornado interesses e posturas, de uma classe em relação a outra, ainda mais antagônicos do que nas configurações sociais dos tempos dos Tudors. Em função disso, seguindo o olhar desse autor, podemos considerar o século XVII como um dos mais cruciais nas transformações que afetaram a aristocracia britânica dos primórdios do capitalismo. As forças sociais e transformações produtivas que levaram tais classes a se antagonizarem –

embora a categorização de classes e grupos sociais nesse tempo-espço seja uma das problemáticas mais polêmicas no meio historiográfico – criaram uma nova sociedade, na qual a classe anteriormente dominante perdeu grande parte do poder tanto nas instituições políticas como na produção econômica, e na formação e alteração do arcabouço cultural. Considerando essas alterações – tanto no espaço social inglês dos séculos XVI e XVII quanto nos escritos sobre o mesmo de um século para cá, a produção historiográfica relativa a essas questões vem sendo elaborada e re-elaborada seguidamente com a tendência de dar um peso maior às práticas econômicas da burguesia, por um lado, e às atitudes políticas da aristocracia, por outro. Reflexo do pressuposto marxista, muitas vezes utilizado mesmo por seus negadores, que aponta à emergência de uma sociedade que surge da decadência das classes feudais somada à ascensão da burguesia Moderna? Resultado de uma associação praticamente inevitável, em função da maneira como nomeamos e categorizamos nobres e burgueses: uns ligados ao trabalho direto com trocas e produções e outros privilegiados fundiariamente, recolhendo taxas e contando com meios que amiúde lhes possibilitam a imposição de suas vontades? Ainda que essas questões não sejam as mais adequadas para elucidar o porquê dessa continuidade na escrita dessa fatia da História, o fato é que as práticas econômicas da nobreza britânica não foram esmiuçadas com a mesma profundidade, constância e ímpeto que suas ações políticas. De forma que as investigações sobre as ideias econômicas aristocráticas, um dos fatores componentes das interações que levariam o mundo inglês a ficar de “cabeça para baixo”, podem colaborar, de forma a se criarem novos vieses, com o desenrolar dos polêmicos debates relacionados à Revolução, ou Revoluções, da Inglaterra do XVII. Ainda assim, por mais que seja necessário ao trabalho do historiador recorrer a generalizações (*Burguesia /New Model Army* contra *Alta Aristocracia / Exército do Rei*), não podemos desconsiderar que os conflitos internos e exceções individuais e/ou familiares, presentes de forma realçada entre os diversos segmentos da sociedade inglesa dos tempos de Henry VII a Anne I, tornam essa atitude historiográfica mais perigosa que o usual.

Na obra “A Revolução Inglesa de 1640” Hill desenvolve observações sobre as transformações sofridas pela aristocracia britânica, enquanto analisa os fatores motivadores e as realidades decorrentes desse evento. Numa comparação de amplo espectro entre as dinastias Tudor e Stuart, o autor demonstra que os primeiros conseguiram fazer concessões à burguesia sem desequilibrar fortemente a aristocracia tradicional. Não apenas por méritos ou deméritos pessoais dos monarcas analisados, mas principalmente pelas forças e condições que davam os contornos do contexto de um mundo no qual emergia o capitalismo². Contudo, as terras que Henry VIII tomou dos mosteiros católicos acabaram por fortalecer a presença burguesa num ambiente tradicionalmente dominado pela aristocracia: o campo. Com essa atitude a Coroa conseguiu diminuir sua dependência financeira em relação aos setores mercantis – por meio da venda de terras aos burgueses, mas, por outro lado, a inserção, consolidação e expansão do elemento burguês no campo abriria espaço para se alterar a forma produtiva primária – vindo a solapar a ordem feudal em favor do sistema capitalista³. Ao mesmo tempo, as relações monetárias ganhavam força no campo, e, com esse processo, títulos de nobreza passavam a ser cada vez mais comuns entre os emergentes exponências da burguesia. Golpe duplo nos setores mais tradicionais da nobreza. Por outro lado, a dificuldade para se adaptar à monetarização da sociedade ainda era muito mais amena a grande parte dos aristocratas no tempo dos Tudor, em parte, graças aos estímulos às ações dos corsários – que traziam constantemente metais e mercadorias pilhadas dos colonizadores e comerciantes do início das Grandes Navegações, adiando a

necessidade de aburguesamento econômico a uma parte pequena, porém poderosa, da aristocracia. Essas três questões: posse da terra, uso da terra e monetarização perpassam as principais ideias econômicas aristocráticas. Com elas se relacionam diretamente poder fundiário e circulação de riquezas. A dificuldade, ou habilidade, de adaptação às transformações ocorridas nesses setores foi determinante no destino econômico de cada casa nobre.

Todavia, as imbricações entre política, economia e religião (típicas do período em questão) levaram a nobreza a vários desentendimentos dentro de sua própria classe, num momento em que as classes mais baixas tendiam a se opor fortemente à ordem social vigente⁴. Como sintoma desse momento conflituoso podemos elencar a ausência de um ideário econômico razoavelmente uniforme entre os aristocratas – sinal de mudanças na conformação social, de forma a demandar adaptações, por um lado, e resistências, por outro. Enquanto parte da nobreza procurava tomar proveito da monetarização da economia, outra parte procurava se assentar sobre o que restava das estruturas feudais – que minguavam diante da consolidação do capitalismo, segundo Christopher Hill. Esse aumento na amplitude das variantes econômicas aristocráticas pode ser explicado, em parte, em função das alterações nas formas de uso e possibilidades de posse da terra. Entre os séculos XV e XVI paulatinamente a produção agrícola passou a ser comercializada cada vez mais longe dos locais onde se dava sua realização – chegando, por meio de mercadores ingleses, que seguiam na esteira dos colonizadores ibéricos, às Américas e Ásia. Essa expansão da produção fez com que algumas áreas, como o sul da ilha (área que concentrou a criação de carneiros à produção de lã), se especializassem num determinado tipo de mercadoria – deixando de ser economicamente autossuficientes. Concomitantemente, a fluência de metais do Novo Mundo à Europa, em conjunto com a expansão do comércio, contribuíram para a monetarização das relações entre senhores de terras e arrendatários. Além disso, a crescente inflação ao longo do século XVI fez com que ocorresse um empobrecimento dos que viviam de rendimentos fixos, ao mesmo tempo em que os que produziam para o mercado enriqueciam. Desse modo, Corte, e alta aristocracia, se tornaram relativamente mais pobres diante do enriquecimento das “classes médias” – notadamente *gentry* (categoria de definição ambígua e polêmica) e *yeomen*. Tais alterações sociais, ocorridas enquanto o pensamento econômico tendia a se alterar nos diversos setores da sociedade, nos ajudam a entender a forma perjorativa dos que se adaptavam à emergência do capitalismo taxarem de *Drones* (“Zangões”) os que se aferravam a manutenção da estrutura sócio-econômica típica do período feudal⁵. Começava a ganhar espaço a “ética protestante” em conjunto com o crescimento do “espírito do capitalismo” no universo inglês. Na sociedade britânica do início da Modernidade a visão do trabalho como algo que “dignifica o homem”, tão comum no mundo contemporâneo, passa paulatinamente a se sobrepor à ideia do trabalho como uma punição decorrente do pecado original, da queda do homem, conforme as estradas e arredores das cidades vão se enchendo dos enxotados pelos cercamentos e as leis contra vagabundagem vão se sedimentando. A mentalidade do “Deus ajuda quem se ajuda” se fortalece e expande a partir desse momento. Essa ideia econômica, típica da burguesia, especialmente dos setores ascendentes da *gentry* e *yeomen*, deve ter encontrado menos resistência na aristocracia britânica que nas aristocracias continentais – com exceção, provavelmente, da região dos Países Baixos – em função da maior ligação entre nobreza e atividades produtivas nas áreas onde comércio e artesanato tinham um peso grande na economia, quando comparados com a agricultura. Essa proximidade maior da economia de mercado dos elementos ligados à economia feudal, na Inglaterra que no continente,

fez com que a maneira de enxergar a produção econômica baseada em ideias capitalistas se tornasse pioneira a partir do espaço inglês: “Não é por acaso que a primeira das “Grandes Revoluções” da história ocidental tenha ocorrido em uma das duas sociedades onde o protocapitalismo era mais desenvolvido. Em nenhum outro grande país as relações entre senhor de terra e arrendatário [*landlord* e *tenant*] estavam tão mais determinadas pelas leis do mercado do que pelas relações consuetudinárias de serviço; em nenhum outro país os direitos de propriedade privada tinham usurpado tão extensivamente os direitos comuns da aldeia, nem a consolidação da propriedade rural tinha sido tão completa”⁶.

Ainda assim, da mesma forma que a monetarização da sociedade só se tornou uma realidade irreversível e fundamental ao contexto econômico após a revolução de 1688/1689 – solidificada com a fundação do Banco de Inglaterra e da Dívida Nacional⁷, em 1694; as forças que figuravam no topo da hierarquia social buscavam retomar o controle do poderio econômico por meio da elevação do pagamento de dízimas citadinas e retomando rendimentos que a Igreja havia perdido⁸, ao longo das décadas que antecederam a guerra entre o exército real e o parlamentar. Por isso, para pensarmos sobre as formas de produção econômica não podemos deixar de considerar os âmbitos religiosos por suas amplitudes dentro dos diversos segmentos da sociedade. Isso ilustra a complexidade desse momento histórico – no qual o ambiente religioso provia o cenário nos quais se davam os debates sobre a vida dos indivíduos da comunidade. Num espaço onde o Estado não tinha a coesão e a presença suficientes para adentrar de forma eficiente e doutrinadora nos ambientes domésticos era a figura do pároco que adentrava aos lares transmitindo e discutindo o *certo* e o *errado*, com uma força político-social que escapava aos laicos. Essa constatação serviu para a famosa frase de James I: “Sem Bispo, não há Rei”. Ainda que não fosse possível, por parte dos aristocratas, exercerem um controle uniforme, ou construído sobre um conjunto de diretrizes claras, em relação aos discursos dos clérigos; realçar a condenabilidade da rigorosidade que acompanhou o processo de disciplinarização e racionalização financeira – responsável por levar inúmeros foreiros à expropriação e à miséria – representava um importante papel que poderia ser desempenhado pela Igreja, na defesa das ideias econômicas aristocráticas feudais que resistiam aos novos moldes econômicos. O crescimento populacional, os mercados abertos com a colonização do Novo Mundo, a inflação intensa e constante, propiciavam um contexto capaz de gerar mais riquezas aos mercadores e produtores têxteis de Londres e do sudeste da ilha britânica que aos demais membros da sociedade. Mas, mesmo que houvesse um importante setor social tentando manter a mentalidade feudal: “No campo houve uma transformação generalizada da relação feudal e paternalista entre senhor e arrendatário [*tenant*] para um novo tipo de relação, baseada exclusivamente na maximização dos lucros em uma economia de mercado. No curso do século XVI, a combinação de um rápido aumento do preço dos gêneros alimentícios com a estagnação das rendas, transferiu os lucros agrícolas das mãos do proprietário para as do arrendatário. No início do século XVII, as rendas aumentaram mais rapidamente que os preços, e os lucros voltaram a fluir para o proprietário em detrimento do arrendatário. Paralelamente a esta transferência houve uma reorganização dos direitos de propriedade, graças à qual, com os cercamentos tanto dos campos incultos quanto dos campos comuns, sempre mais terra foi parar em mãos privadas. Foi em consequência deste processo, e da concentração das lavouras em unidades de produção maiores, que começou a emergir o que viria a ser o padrão tripartido da sociedade rural inglesa: o proprietário, o arrendatário próspero e o trabalhador sem terra [*landlord, prosperous tenant farmer e landless labourer*]”⁹. Desse padrão se formou

uma identidade de interesses econômicos em torno da produção têxtil, especialmente no sudeste da ilha. A cidade de Londres cresceu tanto que sua população se multiplicou em mais de sete vezes, entre o início do século XVI e meados do XVII, passando a representar percentualmente de 2,5 do total a 8% dos habitantes ingleses – enquanto dobrava o total dos súditos da Coroa da Inglaterra. Esse crescimento prefigurou o fenômeno da “macrocefalia urbana”, típico das sociedades subdesenvolvidas contemporâneas, caracterizado pela presença de uma cidade que concentra de forma desproporcional produção econômica e quantidade de habitantes, em relação ao resto do país.

Contudo, a importância da posse de terras, mesmo com o enriquecimento da influência política da classe mercantil londrina, é patente na observação de Harrington sobre a propriedade fundiária, nos seus escritos sobre as transformações do mundo que lhe era contemporâneo – de acordo com a ótica de Lawrence Stone¹⁰. Segundo o mesmo, Harrington, tal qual Thomas More, antecipava o entendimento de que as instituições políticas e as estruturas sociais se inter-relacionam intimamente, numa configuração em que as últimas tendem a se impor às primeiras. A partir desse pressuposto podemos inferir que parte das ideias econômicas surgem no contexto dos embates e casamentos desses âmbitos, atuando como um dos fatores moldadores do mesmo. Como exemplo desse aspecto podemos tomar o *Alderman Cockayne's Project*, que procurava conformar a produção têxtil aos moldes pensados por parte dos mercadores ingleses e da Corte, especialmente no que tange ao primeiro Stuart a reinar na Inglaterra. No entendimento do monarca esse projeto poderia, ao mesmo tempo, engordar os cofres do tesouro inglês e incrementar a produção de tecidos da região da *East Anglia*, que eram exportados para receberem o tratamento final nos Países Baixos antes de chegarem à área do Báltico – com um valor bem maior do que quando zarpavam dos portos ingleses. O século XVII iniciou-se enquanto a produção e o comércio dos produtos têxteis ingleses se expandia vigorosamente – atingindo o pico em 1614. Esse ano findou com o Rei alterando as configurações sobre os monopólios dos comércios de tecidos, de forma que a bem sucedida companhia *Merchant Adventurers* – que lucrava com a exportação de tecidos brutos, especialmente aos entrepostos comerciais ligados ao do Mar do Norte; teve o prazo de julho a novembro para que seus membros se unissem à *King's Merchants Adventurers* – criada para concretizar o “Projeto Cockayne”; enquanto aguardavam a extinção de sua companhia. O nome desse plano econômico veio de um de seus idealizadores e defensores diante da Corte, que provinha de uma família emergente no cenário da *City of London*, ligada à *Eastland Company*, grupo que detinha o monopólio do comércio do Reino com a região do Báltico. Grande parte desses comerciantes se ressentia diante do contraste entre a diminuição dos seus lucros, conforme os tecidos acabados dos Países Baixos (feitos com tecidos brutos ingleses) ganhavam os mercados nórdicos, e o aumento dos rendimentos dos negociantes de tecidos sem acabamento ingleses da *Merchant Adventurers*. Os membros da *Eastland*, com o apoio dos tecelões ingleses que faziam o processo de acabamento, apresentaram à Coroa um projeto que sobretaxaria a entrada dos produtos trazidos por companhias comerciais dos holandeses, capazes de oferecerem preços mais atrativos que os oferecidos pelas companhias inglesas que traziam importados à ilha, e extinguiria a companhia inglesa que fornecia a matéria-prima que os produtores de tecido dos Países Baixos utilizavam nos produtos que posteriormente chegariam às paragens nórdicas.

Essa medida pretensiosa e calcada no excesso de confiança, fomentado pelo crescimento econômico que acompanhou o começo do século XVII, saiu pela culatra. A

nova companhia, enciumada do sucesso obtido pela companhia que viria a ser extinta – para ser reconstituída após a demorada constatação de James I do fracasso do “Projeto Cockayne”, não foi capaz de integrar os diversos ramos da produção têxtil de forma a aumentar a produção de tecidos acabados, ao mesmo tempo em que as exportações dos tecidos brutos decaíram – em função dos entraves gerados pelas ideias econômicas desse projeto. Esse declínio da produção de riquezas, extremamente contrastante com o período anterior, gerou uma série de debates econômicos e insatisfações no início da terceira década do século XVII. Enfrentar crises econômicas em momentos difíceis e penosos, como havia acontecido no período elizabetano, não gerou tanta tensão social como no caso da crise que acompanha o ápice econômico de 1614. A acelerada queda, logo após o período de ascendência que se seguiu à Derrota da Armada Espanhola, enervou os ânimos econômicos e incrementou a polêmica nas discussões sobre os rumos ideais a serem tomados para se garantir a retomada do sucesso produtivo que estava levando a Inglaterra de uma situação relativamente periférica a outra relativamente central, dentro do arcabouço econômico da Europa do final da Renascença. Havia ainda a questão das tensões internas provocadas pelos choques de interesses entre as áreas interioranas e a região londrina. Desde 1604, com o encontro do Parlamento marcado pela *Free Trade Campaign*, que os monopólios das companhias mercantis vinham sendo cada vez mais questionados pelos expoentes comerciais das regiões que se sentiam prejudicadas diante da expansão da esfera econômica de Londres. Entre as críticas apresentadas estava o questionamento do quão “nacionais” eram as companhias, já que os comerciantes provincianos tinham pouquíssima participação nas mesmas – quando comparados aos londrinos. Esse decênio, que antecedeu a brusca queda iniciada a partir de 1614, foi marcado pelo caráter contraditório de acirramento das rivalidades regionais internas em conjunto com o fortalecimento da identificação do ideário econômico inglês em torno dos têxteis. Nesse contexto, os nobres que souberam se aproveitar da expansão desse mercado não acompanharam o movimento de pauperização que se deu com os que se aferraram às práticas econômicas feudais. As mudanças na posse de terras, fundamentais para o aumento da produção de alimentos e tecidos de uma população crescente, propiciaram a expansão do capitalismo pelo campo. Muitos aristocratas passaram a pensar de forma a gerar o maior numerário possível, arrendando as áreas que lhes sobravam de suas propriedades, ou cercando áreas comunais das suas circunvizinhanças. Assim, o uso das terras aristocráticas, quando não acompanhou esse movimento de expansão e consolidação do capitalismo, acabou por levar diversos nobres a situações constrangedoras em busca da defesa de suas ideias econômicas feudais. Uns se arvoravam em parentes que estivessem em melhores condições, outros buscavam o refúgio na Corte – especialmente dos Stuart, outros seguiam diante do encolhimento de suas rendas com uma esperança num futuro capaz de trazer de volta os contornos do passado. De uma forma, ou outra, foi a capacidade de saber equacionar as variáveis da posse fundiária, uso da propriedade rural e solidificação do uso da moeda que determinaram o sucesso, ou malfado, de cada casa nobre diante das ideias econômicas nascentes com a consolidação do capitalismo, à custa da extinção da economia feudal. Numa analogia com o que ocorreu com os grandes répteis no final do Mesozóico, podemos afirmar que os gigantes sociais que não se tornaram adaptados ao novo contexto sócio-econômico, como os dinossauros que originaram as aves, galgando vôos para além das paragens feudais, tornaram-se fósseis ainda vivos. E tombaram diante dos golpes revolucionários movidos pelas novas mentalidades produtivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Estampa, 1995.
- HILL, Christopher. *Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Presença, 2ª ed.
- HILL, Christopher. *O eleito de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- HILL, Christopher. *Origens intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa*. São Paulo: Edusc, 2000.
- STONE, Lawrence. *The crisis of aristocracy (1558-1641)*. Oxford: 1979.
- STONE, Lawrence. *O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história*. In: Revista de História. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996.
- WOODWARD, E. L. *Uma história da Inglaterra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- ZIERER, Otto. *Pequena história das grandes nações: Inglaterra*. São Paulo: Linoart, 1978.

Notas

-
- ¹ STONE, Lawrence. Causas da Revolução Inglesa 1529 – 1642. Bauru, SP: EDUSC, 2000, 71.
- ¹ HILL, Christopher. Revolução Inglesa de 1640. Lisboa: Presença, 2ª ed., p.49.
- ² HILL, Christopher. Revolução Inglesa de 1640. Lisboa: Presença, 2ª ed., p.8.
- ³ C Hill, "A Revolução Burguesa?", Em JGA Pocock (ed), Três britânicos Revoluções: 1641, 1688, 1776 (Princeton, 1980), p124.
- ⁴ HILL, Christopher. Revolução Inglesa de 1640. Lisboa: Presença, 2ª ed., p. 25 – 33.
- ⁶ STONE, Lawrence. Causas da Revolução Inglesa. p. 136.
- ⁵ HILL, Christopher. Revolução Inglesa de 1640. Lisboa: Presença, 2ª ed., p. 106.
- ⁶ HILL, Christopher. Revolução Inglesa de 1640. Lisboa: Presença, 2ª ed., p. 58.
- ⁹ STONE, Lawrence. Causas da Revolução Inglesa. p. 131.
- ¹⁰ STONE, Lawrence. Causas da Revolução Inglesa. p. 89.